



**II CONEDU**  
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

## **UMA TRAJETÓRIA CRÍTICA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: QUESTÃO AGRÁRIA, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Aníbal Simões Filho

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA [anibalgeoceat@gmail.com](mailto:anibalgeoceat@gmail.com)

José de Arimateia de Oliveira Silva

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA [ari\\_cachospb@hotmail.com](mailto:ari_cachospb@hotmail.com)

Severino do Ramo Pereira de Lima

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA [severino15pb@yahoo.com.br](mailto:severino15pb@yahoo.com.br)

Orientador. Prof<sup>o</sup>. Dr. Edvaldo Carlos de Lima

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA [Edvaldo.edvlima@gmail.com](mailto:Edvaldo.edvlima@gmail.com)

### **Resumo**

Este trabalho tem como finalidade fazer uma explanação sobre a trajetória da educação do campo em nosso país, tendo destaque os diversos entraves que, de certo modo, interferem nesse processo educacional “peculiar”, visto que essa forma de educação diferenciada ainda é recente, se comparada ao modo tradicional utilizado no meio urbano que despreza, de certa forma, as relações do campo e seus habitantes. A educação do campo se faz presente em meio à questão agrária, considerando o fato de que o campo se mostra carente de uma forma de educação que possa formar indivíduos no meio em que eles vivem. Mas para que isso aconteça, é necessário a existência de políticas públicas que favoreçam ou reforcem o que já foi feito até hoje e que criem novas formas de melhorias educacionais no campo. Um outro ponto que se faz necessário na discussão é a importância dos movimentos sociais, vistos como agentes de mobilização de massas da população e seus direitos.

**Palavras-Chave:** Educação do campo, questão agrária, políticas públicas, movimentos sociais.



## INTRODUÇÃO

A Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), resultado de diversos movimentos de caráter educacional, já demonstrava interesse às populações do campo. “Igualmente abre-se espaço para propostas de educação escolar de qualidade alternativa à conhecida Educação Rural, ou seja, a LDB *“reconhece a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença”* (Parecer nº 36/2001, CEB/CNE) (GOHN, 2011, p. 3- 4)”.

Este trabalho tem a finalidade de fazer uma reflexão crítica da trajetória da educação do campo, alicerçada na natureza política dos movimentos sociais do campo, que se fez e necessário diante de constantes percalços da educação no Brasil, para construção de uma nova concepção de educação rural, em tese, a educação do campo, importantíssima para dá amplitude aos debates contemporâneos sobre a referida temática nos dias de hoje.

Esse trabalho possui importância além da barreira da educação formal a partir de uma reflexão crítica da história e tenta chegar ao ponto atual em que estamos perante as evidentes contradições e paradigmas que, de forma geral à educação brasileira, vive de forma segregada e com pouca funcionalidade, entendamos primeiramente que a revisão histórica em que de forma geral é a base de todas as dinâmicas no território brasileiro seja de forma institucional nos constantes debates nas universidades ou social pelo censo comum nas esquinas do pensamento ideológico formados pelas constantes informações inverídicas proclamadas pelos meios de comunicação, por entre essas questões a educação em sua amplitude sempre foi um assunto a ser pensado desde mesmo antes de existirem as belíssimas instituições clássicas de conhecimento institucional.

Quando pensamos na gênese da formação do território nacional é impossível não pensarmos nos indígenas e a questão agrária em sua amplitude, e isso mostra claramente que essa questão, mesmo antes do termo propriamente ser referido por diversos meios documentais, ela já existia, pois, a terra sempre foi um bem comum àqueles que a utilizam para própria existência e não como mercadoria, com a chegada dos portugueses e consequentemente a exploração dor ser indígena, tanto por meio físico quanto mental, esse fato iniciou conflitos pela terra e por uma autonomia do ser, que podemos dizer que ai se encontrava a base dos movimentos formados por um grupo de indivíduos lutando por sua liberdade.



E da opressão que era aferida esses povos, por muito tempo esses conflitos aconteceram por anos e anos de forma diferentes de acordo com as épocas e condições pelas quais o Brasil passava logo as primeiras foram a divisão segregada do território que o centralizou nas mãos de poucos e negou qualquer tipo de direito aos povos que ali estavam muito antes do “homem branco” explorar e dominar, com a criação das capitâneas hereditárias e em seguida as sesmarias o que pode ser considerado como a gênese da dinâmica tanto econômica quanto populacional desse antagônico momento, vejamos que esses fatos levaram e levam a discursões ininterruptas sobre as consequências desses fatores até os dias atuais, segundo Molina (2006 ) o fortalecimento da luta e da organização dos trabalhadores reforçam a relevância da democratização de acesso à terra, o território rural se revela como um espaço que transcende a mera produção de mercadorias, sendo a base para os processos de transformação das condições de vida de trabalhadores excluídos pelo atual modelo de desenvolvimento; compreendemos que todos os desmembramentos históricos culminam a cada dia em novos rumos como a educação e os movimentos sociais.

A Educação do Campo não cabe em uma escola, mas, a luta pela escola tem sido um de seus traços principais: porque a negação do direito à escola é um exemplo emblemático do tipo de projeto de educação que se tenta impor aos sujeitos do campo; porque o tipo de escola que está ou nem está mais no campo tem sido um dos componentes do processo de dominação e de degradação das condições de vida dos camponeses (CALDART, 2004, p.12).

Esse pressuposto de desigualdade e que nega uma educação emancipadora aos viventes do meio rural, juntamente com os pensadores que discutem a ênfase deste tema, e foram alcançando relevância apesar do curto tempo da temática, mas a questão debatida se faz antiga no ver que se faz para além das questões imediatistas e se concentram em um ponto que atualmente chamamos de educação do campo ou educação campesina,

Os movimentos sociais são contemplados por diversas características que os definem como um grupo de pessoas com os mesmos interesses e lutam por causas comuns a toda a sociedade à grosso modo, e muitos os atribuem um valor burocrático, onde deve haver uma legalização política, perante as lei uma legitimação por parte dos que estão a frente desses movimentos, entretanto outros atribuem um valor mais radical que seria, a atuação propriamente dita a militância.

Destacamos a exemplo o MST, MAB e a CPT que são precursoras da luta por uma pedagogia autônoma que fortaleça a identidade campesina, mas efetivamente o MST



(movimento dos trabalhadores sem terra). Segundo (CALDART, 2000), a proposta pedagógica do MST está vinculada a princípios organizativos que fundamentam a existência do próprio Movimento. A autora afirma que a um projeto de sociedade que está vinculado a um projeto de ser humano ou, no dizer de Paulo Freire, de humanização.

Esse movimento vem com a luta engajada há tempos, por condições dignas e reconhecidas de vida, entre essas condições a um “pedaço de chão” para plantar, colher e conseguir viver de forma a fortalecer a sua cultura e de uma comunidade em mais específico e subsídios que possam dar as condições econômicas necessárias ao desenvolvimento de sua comunidade e de uma forma ampla a luta.

A ligação intrínseca dos movimentos sociais do campo com a origem de uma pedagogia coletiva e camponesa, onde antes mesmo da década de 90 já existia por entre os acampamentos e assentamentos do movimento sem terra, exemplos que, serviram de ponto inicial a reflexão sobre as questões do campo de forma geral, uma vez que essa pedagogia tem sua origem na luta por melhores condições de vida que culminou nas primeiras indagações por pesquisadores e educadores a respeito da temática. Considerando assim o ano de 1990 o início das efetivas primeiras movimentações políticas e científicas, que propiciaram a gênese do debate atual.

## **METODOLOGIA**

O atual trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas em torno das questões referidas a educação do campo e suas vertentes, em livros, artigos e documentos que fundamental a temática estudada, o estudo da questão agrária se fez imprescindível no momento em que faz parte do berço da sociedade brasileira e portando legítimo ao desenvolvimento deste trabalho que lida com fatos sociais e coletivos como a educação e os movimentos sociais, estes, por sua vez fazem parte indispensável da base sociológica empregada neste trabalho com discursões que permeiam as condições de vida de grupos de indivíduos com finalidades comunais, através das leituras de documentos oficiais da republica federativa brasileiros voltados a educação como a LDB E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BASICA, conseguimos analisar o pilar central das políticas públicas voltadas a educação do campo, voltadas de forma geral a todos os movimentos sociais camponeses afins.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de organização do espaço agrário brasileiro, isto é, a formação estrutural dos grandes latifúndios no campo - onde estão concentrados nas mãos de poucos - apresentam uma histórica marcada pela exclusão/espoliação dos povos nativos do campo (da terra) e, mais na frente, dos negros (ex-escravos). Ambos os povos considerados em um pensamento ideológico como raças inferiores.

Mediante o surgimento de diversos movimentos sociais, os sujeitos do campo tem buscado desconstruir esse conceito de inferiorização atribuído secularmente aos mesmos. Fato este bem observado por Arroyo (2012) *apud* Souza (2012). Segundo o autor, “(...) as reações políticas dos movimentos sociais indígenas, negros e quilombolas tem sentido especial, por afirmarem identidades positivas e desconstruírem hierarquias e lugares e papéis sociais desiguais e segregados” (SOUZA, 2012, p. 750).

Como se sabe, a concentração da terra e da propriedade privada foi e, ainda é hoje, a principal causa dos inúmeros embates e tensões político-ideológica no meio rural brasileiro assinala Souza (2012).

Os conflitos por terras marcam a história brasileira, em particular o século XX, que teve a organização de movimentos, como as Ligas Camponesas, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens; Movimento de Mulheres Camponesas; a Via Campesina, o Movimento Quilombola, entre tantos outros (SOUZA, 2012, p. 750).

Desse modo, asseguro que os processos históricos de luta no espaço rural, reflete bem o descontentamento dos povos do campo e mostra a gênese das desigualdades socioeconômica no mundo rural, envolvendo pontos como; educação, trabalho, saúde, autonomia política e econômica e lazer. Portanto, isso são questões básicas que estão à margem dessa massa, demonstrando está muito distante das reivindicações manifestadas nas últimas décadas do século XX.

Ao mergulhar sobre os estudos de Maria da Gloria Ghon, “*movimentos sociais na contemporaneidade*”, observa-se que no Brasil, os movimentos sociais sempre estiveram entrelaçados a educação e vice-versa. Segundo Gohn (2011), “a relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais” (GOHN, 2011, p. 334). O viés educacional – seja de forma formal ou informal – e os espaços de aprendizagem (instituições educacionais, fábricas, espaços públicos, de baixo de uma árvore e etc.) constituem e direcionam as ações coletivas dos sujeitos.



À medida que a educação politiza o comportamento do Movimento, fruto da articulação de ideias e discursões entre os participantes, ela também, conscientiza os indivíduos de seus direitos. “Os movimentos sociais não apenas reivindicam ser beneficiários de direitos, mas ser sujeitos, agentes históricos da construção dos direitos” (ARROYO, 2007, p. 162). Por isso, os sujeitos, cuja produção da vida é centrada na terra, nas tradições e costumes, na cultura, na identidade, tem nos movimentos sociais, uma organização político capaz de representar seus interesses perante o Estado.

Dessa forma, “as experiências e lutas da educação do campo colocam em evidencia a histórica desigualdade educacional da sociedade brasileira, em que os trabalhadores são os que possuem menor escolaridade” (SOUZA, 2012, p. 752). Em defesa de interesses coletivos, na qual a educação básica para o meio rural é um direito de todos, diversos órgãos sociais lutam pela concretização e amplitude desses direitos garantidos constitucionalmente aos dos povos do campo, os quais são;

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; (*Legislação Educacional* de 2003 a 2010, p. 390).

A mobilização política dos Movimentos Sociais, sendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) a principal frente de luta dos trabalhadores rurais, foram e, continuam sendo, importantíssimas e necessárias para o “acesso a terra” e a educação no campo. Outras organizações populares como “o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)” (MURANAIM, 2008, p. 5), também contribuíam decisivamente para às conquistas citadas acima.

Se prestarmos mais atenção na histórica do processo de escolarização rural no Brasil, Vendramini (2007) aponta que, as primeiras experiências educacionais (escolas, programas, currículos, propostas pedagógicas, campanhas nacionais) destinadas à população rural já existiam desde a década de 1920, que, por lógica, tinha a educação como mola propulsora do desenvolvimento social, político, econômico e ambiental. No entanto, o autor afirma que a



realidade se mostrava bem diferente, as escolas rurais ofereciam uma educação precária e defasada em suas práticas de ensino.

A escolarização rural, na maior parte de sua trajetória, não passou de uma estratégia para minimizar os conflitos e tensões causadas pela onda de movimentos populares que eclodiam no campo. “A escola pública do campo e no campo se contrapõe a toda política de erradicação da infância e adolescência de suas raízes culturais, de seu território, de suas comunidades, dos processos de produção da terra e de sua produção como humanos” (ARROYO, 2007, p. 163). Quando paramos para rever as políticas educacionais do campo, em especial, o currículo conte disto, as normas e diretrizes pedagógicas e de formação de professores, tem-se a nossa vista, paradigmas urbanos inclusos, que renega o modo de vida dos diversos povos do campo.

Diante desses fatos, o Ministério da Educação em convênio com o Banco Mundial, fomenta a implantação do “Programa Escola Ativa”, em 1997. O tal programa possibilitava a participação dos professores nos debates sobre a educação do campo, tendo em vista as parcerias entre os governos Estaduais, Federais, Municípios e universidades que apoiavam o movimento. Este Programa objetivava trazer para o cenário rural uma educação que atenda as demandas do campo.

Porém, ao analisar o programa, Marsiglia e Martins (2010) *apud* Souza (2012), fala que em vários trechos, valorizam-se as práticas docentes, a educação escolar e os conteúdos curriculares. Mas, as autoras também assinalam que, a tal iniciativa pública (Programa Escola Ativa) apresentava certas falhas em seu projeto político-pedagógico, ou seja, observa-se que a mesma na prática, não era executada de acordo com o que, em tese, foi proposto para as escolas rurais.

De modo que, se constatava “a presença do ecletismo e de contradições nas orientações pedagógicas” (SOUZA, 2012, p. 9). As propostas metodológicas, os métodos e o material didático usado para formação dos alunos para uma concepção de gestão democrática não estava seguida e nem se baseava em apenas um referencial teórico. Isso acabava confundindo o entendimento dos alunos, desviando-se de uma verdadeira educação emancipadora. De modo, tratava-se de um projeto-pedagógico com inúmeras limitações, com fragmentos de uma educação urbana, tende em vista, interesses hegemônicos da classe dominante.

Ainda nesse mesmo ano – julho de 1997 -, a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária - ENERA, organizado pelo MST e outras



organizações nacionais e internacionais de natureza educacional-política-social, sinalizava mais do que um apelo pedagógico, ascendia aí, um forte apelo político, que implicou diretamente nas ações dos indivíduos que lideravam o Movimento (MUNAIM, 2008). A busca por um meio rural mais igualitário, fez dos movimentos sociais populares do campo, o principal meio de articulação política por uma Educação do Campo, desde já, passando a negar a educação rural que era oferecida pelo Estado.

Ao reafirmando as palavras de Ribeiro (2012), a preocupação por parte dos educadores rurais sobre a escolaridade ofertada pelo Estado às famílias de trabalhadores rurais, se explicava pelo fato de ser uma educação de caráter urbanocêntrica, diferenciada apenas pela maior precariedade quando se comparada às escolas das áreas urbanas. Não se tratava de uma escola destinada ao desenvolvimento das técnicas e práticas camponesas, mas, instruía os sujeitos – filhos de trabalhadores rurais – à classe subalterna, portanto, sujeitos operacionalizados para o mercado de trabalho, prontos para servir as fábricas e indústrias.

O primeiro ENERA (1997) foi tão bem sucedido que, no ano seguinte, foi realizado a I Conferência: Por uma Educação Básica do Campo, em Luziânia/Go, em 1998, também organizada pelo MST, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Organização das Nações Unidas pra Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Tal evento contou com a participação dos movimentos sociais do campo, bem como, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as federações, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Universidade de Brasília (UnB) (RIBEIRO, 2012).

Esta Conferência veio reafirmar [...] “a legitimidade da luta por políticas públicas específicas e por um projeto educativo próprio para os sujeitos que vivem e trabalham no campo” (GOHN, 2012, p. 123). Dessa forma, implica na (re)formulação de um novo projeto de desenvolvimento para escolarização do campo. Isso se tornou um marco importante, porque logo foi criado o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária (PRONERA), direcionado a desenvolver uma política educacional para os sujeitos do campo, onde tem por objetivo fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as dimensões: econômica, social, política, cultural e ética.

A educação do campo não emergiu do vazio e, muito menos, partiu de iniciativas do Estado. Esta modalidade educacional, “é fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos” (VENDRAMINI, 2007, p. 123). Tendo seus ideais e objetivos





firmados no sei dos movimentos sociais, na maioria do campo, para tanto, não foi uma política que se construiu do dia para noite, mas, é marcada por uma trajetória de lutas sociais de diversa natureza sócio-política.

A educação do campo tem com proposta, valorizar os sujeitos-alunos com sujeitos constituídos de identidades, arraigados desde o nascimento. Não só universalizando o direito desses indivíduos de viver conforme sua cultural, mas também, de direitos de igualdas perante a Sociedade que está inserida, desse modo, tendo a educação que lhe acha mais necessária a sua produção social. “As populações oriundas do campo são munidas tanto de propósitos quanto potentes do exercício da autonomia política e de consciência de seus privilégios políticos, muitas vezes, negados no modelo de sociedade capitalista que vivemos hoje”. (GOHN, 2012).

Antes de tudo, a compreensão da educação do campo, é inegavelmente o resulta de uma visão politicamente diferenciada, que acentuada no tripé, educação, sociedade e desenvolvimento (Cavalcante, 2010), assume a função de combater as desigualdades e contradições sociais produzidas nos 500 anos de exploração dos trabalhadores que têm resistido para continuar produzindo sua vida no meio rural. E, em especial, reconhece que esta realidade não deve ser mais reproduzida, que precisa ser alterada, na perspectiva barrar a crescente pobreza, o desemprego e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc.) no espaço rural.

A Política de Educação do Campo, Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, inserido na *Legislação Educacional* de 2003 a 2010, afirma no Art. 1º, que esta modalidade educacional é destinada a ampliação e qualificação da educação básica e superior para as Populações do Campo. Ainda assegura que, § 3º as escolas do campo deverão elaborar seu projeto político-pedagógico, adéqua-lo a realidade local e a diversidade cultural dos sujeitos.

O Art. 2º - os princípios da educação do campo: reafirma essas propostas, pois, a formulação desses projetos político-pedagógicos deverá apresentar objetivos particulares para as escolas do campo, desde então, incentive o desenvolvimento das unidades educacionais como espaços de aprendizagem e de articulação de experiências socioculturais e estudos voltados para o desenvolvimento político, econômico junto à sustentabilidade ambiental. Destacam-se também outros pontos como;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo



adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas (...)  
(...) (*Legislação Educacional* de 2003 a 2010, p. 390).

Contrariando essa lógica, Caúme (2006) em seus estudos, descreve que as escolas dos assentamentos do MST seguem as diretrizes do movimento. Trata-se de um currículo orientado a desempenhar as atividades camponesas, com aprendizagem de técnicas e práticas direcionadas o desenvolvimento dos sujeitos nos núcleos. Seguindo o mesmo caminho, “a educação do campo defendida pelo Movimento Camponês traz implícitos”:

a) o vínculo entre a educação e a garantia da terra de trabalho; b) a superação da escola rural portadora de currículo, conteúdo e metodologia voltados à valorização do trabalho e da cultura urbanos; c) a identificação com o campo enquanto espaço político de disputas históricas dos agricultores familiares pela conquista da e permanência na terra de trabalho; d) a relação entre o trabalho desenvolvido na agricultura, na pesca e na pecuária, associado ao currículo, ao conteúdo e ao método adotados pela escola do campo; e) o reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de educação e produtores de alimentos, saberes, conhecimentos e culturas (RIBEIRO, 2012, p. 465).

Esse movimento de “educação do campo” em essência traz a luta por uma educação direcionada e própria aos moradores do campo. Com isso, é possível perceber que este movimento é bem mais abrangente do que os direitos das pessoas que vivem segregados, “assim a educação do campo, a par de se constituir um movimento em si, se constitui num conteúdo, numa agenda comum de sujeitos sociais diversos”. (MUNAIM, 2008, p.5).

É importante ressaltar que se dependesse apenas das ações movidas pelo estado em relação à educação do campo, poderia existir a possibilidade de não haver de forma real e consistente a implementação desse processo educacional. Esse é um grande desafio para todos que lutam pela causa, nesse caso os trabalhadores do meio rural/sem terras.

Para o estado que é o responsável por essas políticas que são dirigidas para a sociedade, estratégias articuladas com o poder público podem interferir no desenvolvimento educacional rural são por vezes bem aceitas, levando assim a população às margens dos saberes técnico e à incorporação de uma educação mediana que promove uma formação voltada apenas para o mercado de trabalho, impossibilitando um aprendizado crítico.

A educação onde quer que se faça presente, seja em algum lugar ou no exercício do trabalho, será a direção para o desempenho funcional do indivíduo, a educação do campo tem como objetivo possibilitar ao homem do campo a oportunidade de trabalhar com sua realidade cotidiana, trazer para o processo de educação do campo conhecimentos novos e um ensino-



aprendizagem direcionados as coisas do ambiente rural, em outras palavras, que o sujeito absorva conhecimento e aprenda novas técnicas que sejam úteis para que o mesmo use nas atividades e práticas no campo e com isso garanta seu direito a cultura e ao desenvolvimento econômico meio rural.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Precisamos compreender a necessidade da discussão que se encaminha a uma novo patamar que é exatamente a grande massa de trabalhos e pesquisas que estão em meio aos diversos eventos científicos no Brasil, esses trabalhos contemporâneos como o qual trabalhamos, discutem questões que de forma geral, envolvendo um novo modelo de educação a qual a sociedade nesses tempos globalizados necessita, uma formação educacional que vá além da sala de aula e dos modelos tradicionais de lecionar, em meio a diversos contextos educacionais como a educação do campo nos acampamentos assentamentos, sua importância se qualifica ainda mais pelos diversos enfrentamentos ocorridos nesse relativo pouco tempo em que se começou a falar dos camponeses e de sua vida de forma completa, ultrapassando com a visão manipulada no decorrer de lugares atrasados economicamente, pessoas ignorantes sem educação e um lugar apenas de produção de alimentos, eis um dos paradigmas de forma ampla encravada no DNA da história dos movimentos sociais camponeses, a incessante luta contra a desigualdade diante das diversas faces do campo brasileiro permeiam esse trabalho, desde os primórdios da questão agrária,

## **REFERENCIAS**

CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLINA, Castagna, M. Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. In: MOLINA, M.(org).Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Educação do campo e pesquisa: Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 9-14.



## II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MUNARIM, Antônio. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. Ed: 2008 – vol. No.01, GT-03: Movimentos Sociais e Educa. Disponível em: [coralx.ufsm.br/revece/2008/01/a4.htm](http://coralx.ufsm.br/revece/2008/01/a4.htm). acesso as 10h:35min do dia 05 de setembro de 2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47. 2011, p. 333-512.

Programa nacional de educação na reforma agraria, Brasília-DF, Ministério do desenvolvimento agrário, <http://www.incra.gov.br> ,governo federal 2011.

CAUME, David José. O MST e os assentamentos de reforma agrária: a construção de espaços sociais modelados. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo: Goiânia: Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 2006